

# X.

## **SERVIÇO SOCIAL, CONSERVADORISMO E RESISTÊNCIA: Notas sobre o pensamento conservador e o trabalho de assistentes sociais nos serviços de saúde no contexto da Covid-19 no estado do RN**

*Daniela Neves*

*Vitória Thammy Oliveira de Araújo*

### **INTRODUÇÃO**

O tratamento histórico-crítico que o Serviço Social brasileiro vem dispensando ao pensamento conservador, ao longo dos últimos 40 anos, indica a dinamicidade e a atualidade com que esse incide na produção teórica da profissão e nos aspectos práticos que fundamentam um característico sincretismo profissional (NETTO, 1992; IAMAMOTO, 1995; ESCORSIM, 1997). Se, por um lado, a preocupação com a crítica ao conservadorismo na profissão possibilitou a apropriação e a consolidação de um referencial teórico vinculado ao marxismo, por outro, é somente quando o pensamento conservador começa a ser questionado, e de certa forma deslocado no campo profissional na sua dimensão ideo-política e técnica, que o Serviço Social brasileiro tem condições de pensar-se de modo referenciado historicamente, captando o conjunto das determinações do desenvolvimento do capitalismo que incidem sobre a sua origem, institucionalização e consolidação.

O presente artigo, problematiza a relação entre o pensamento conservador e a profissão de Serviço Social. Para isto, ao analisar o desenvolvimento do pensamento conservador como um componente histórico e teórico central de conformação da hegemonia burguesa, apresenta sínteses analíticas da relação histórica do Serviço Social com o conservadorismo do capitalismo dos monopólios, e problematiza, a partir de pesquisa empírica sobre as competências e atribuições de assistentes sociais no contexto dos serviços de saúde de referência ao atendimento das pessoas com Covid-19 no estado do Rio Grande do Norte (RN), como as atividades desenvolvidas no trabalho destes assistentes sociais expressam a contradição do conservadorismo profissional e a resistência das práticas conectadas a um projeto profissional crítico, com referência no marxismo, expresso no projeto ético e político do Serviço Social brasileiro.

Uma análise crítica e histórica do Serviço Social demanda, para além da explicitação ideo-política do conservadorismo profissional, sobretudo, a crítica dos seus fundamentos teóricos. E nessa perspectiva Escorsim (1997) aponta que o Movimento de Reconceitualização na América Latina, e particularmente seu trato no Brasil, deu início à denúncia ideo-política do tradicionalismo profissional, criando as condições para que fosse realizada, a partir de um complexo conjunto de fatores, a crítica dos seus fundamentos teóricos. É notório que essa crítica, na particularidade brasileira, aparece pela primeira vez na pesquisa de Iamamoto e Carvalho, publicada em 1982. Nessa obra vamos encontrar, também pela primeira vez, uma referência que amplia as análises anteriores da literatura reconceituada acerca do positivismo.

A partir dela, torna-se obrigatório na análise do Serviço Social “[...] a referência às suas genéticas vinculações com o pensamento conservador.” (ESCORSIM, 1997, p. 22).

A relação entre o Serviço Social e o pensamento conservador tornou-se um passo importante para as análises críticas da profissão, e sobretudo, uma pré-condição. Todavia, difundiu-se no meio profissional que “[...] um Serviço Social crítico é função de uma *inteira ruptura* com o pensamento conservador” (ESCORSIM, 1997, p. 30 – grifo do autor); assim, essa relação parece estar posta como um dado já resolvido. Consideramos que é necessário sempre investigações que busquem particularizar as modalidades e expressões do pensamento conservador e as práticas que alimentam o conservadorismo. Por isto, apresentamos nessa primeira parte do texto sintéticas formulações sobre o pensamento conservador e algumas análises críticas a ele dedicadas.

## PENSAMENTO CONSERVADOR E A ORDEM SOCIAL BURGUESA

O pensamento conservador é, sem dúvida, um componente histórico e teórico central que acompanha a conformação da hegemonia burguesa desde a afirmação do seu conteúdo transformador, particularmente o período que segue os eventos revolucionários desde 1789. Essa noção, no nosso entendimento, inscreve o pensamento conservador num lastro que tem referências históricas precisas e temporalidade determinável, mesmo que essas determinações sejam um desafio para aqueles que buscam estudar o conservadorismo. O pensamento conservador “[...] é uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada) particular de um tempo e um espaço sócio-históricos muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa.” (ESCORSIM, 1997, p. 43), e que deve ser entendido a partir de uma rica totalidade de determinações que movimentam tensões e transformações em todos os aspectos sociais.

É, especialmente, o processo geral da revolução burguesa – no período, aproximadamente, entre os séculos XVI e XVIII – e particularmente a revolução política (a Revolução Gloriosa inglesa de 1688 e a Revolução Francesa de 1789) finalizada com a consolidação, já em processo, da hegemonia econômica da burguesia, que marca o surgimento do pensamento conservador. De modo incontestado, o político e pensador inglês do século XVIII, Edmund Burke é considerado o fundador do conservadorismo clássico, em virtude, especialmente, das suas formulações teóricas produzidas como ataque feroz aos revolucionários franceses, suas ideias e ao processo da própria Revolução Francesa de 1789. Ele é considerado o primeiro crítico da Revolução Francesa e suas formulações apresentam os componentes claros do conservadorismo em face do projeto moderno incrustado nos anseios da Revolução Francesa. Na obra seminal do pensamento conservador<sup>168</sup>, Burke discute as ideias fundamentais que alimentaram o movimento revolucionário, tais como: a questão da igualdade, dos direitos do homem e da soberania popular. Denuncia o que chama de perigos da democracia abstrata, questiona o racionalismo do movimento que destrói a velha ordem e deslegitima os valores tradicionais. Burke, por sua vez, exalta a virtuosa constituição inglesa

---

<sup>168</sup>Burke inicia, a partir do processo deflagrado pela Revolução Francesa, uma verdadeira cruzada contra esse acontecimento histórico sem precedentes. Sua hostilidade à Revolução, que causara entusiasmo entre os ingleses, inspirou-lhe a produção de sua mais importante obra: *Reflexões sobre a revolução em França*, publicada em 1790. (cf. WEFFORT, 1999).

que conseguiu absorver o novo na ordem já tradicional, destaca o espírito da continuidade, da hierarquia social, da propriedade e da consagração religiosa da autoridade secular. No conjunto desses aspectos residem os fundamentos conservadores do pensamento de Burke (cf. KINZO 1998 *in* WEFFORT, 1999).

Neste destaque dos principais aspectos do pensamento conservador de Burke, fica evidente que não há, por parte do autor, uma crítica ao capitalismo ou ao processo de dominação econômica da burguesia, mas a alguns elementos que compõem o projeto moderno que emerge com a ascensão política da burguesia.

O que Burke repudia vigorosamente não é o desenvolvimento do capitalismo como tal, mas: 1º) a forma da ação política e 2º) a destruição das instituições sociais consagradas pela tradição. A forma da ação política repudiada por Burke é a da *revolução burguesa que mobiliza massas*. A instauração de novas instituições segundo uma *racionalidade* antitradicionalista (que incorpora o jusnaturalismo) é rechaçada por Burke. Ou seja: dois dos componentes da cultura moderna é que são renegados pelo autor das *Reflexões*. (ESCORSIM, 1997, p. 49, grifo do autor).

O pensamento conservador clássico de Burke comporta uma tensão que aparece, nitidamente, na sua recusa aos traços socioculturais resultante das transformações impostas pelo processo de desenvolvimento da moderna sociedade burguesa, sem recusar as novas modalidades de relações de produção e exploração que se hegemonizam neste movimento. Dessa forma, “[...] o alvo de Burke é a Ilustração [...] [ele] quer a continuidade do desenvolvimento capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada, etc.)” (ESCORSIM, 1997, p. 50). Devemos anotar, ainda, o desprezo que o autor demonstra pela Revolução, posto que a considera responsável pela ruptura com valores e instituições tradicionais, por isso perigosa e desnecessária. Nos termos de Escorsim (1997, p. 50) “[...] sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a modernidade.”

Para combater os valores centrais da expressão cultural burguesa, em seu processo revolucionário, o conservadorismo, na sua gênese, explicitou os seus fundamentos, que permaneceriam basicamente inalterados ao longo de mais de um século. É após o período de 1848, marcado pelos processos intensamente revolucionários protagonizados pelos trabalhadores e a consequente reação burguesa a esse movimento, que o pensamento conservador sofre um giro, alterando o seu significado sociopolítico, mas sem modificar o seu papel normativo e prescritivo.

No século XVIII, o projeto da modernidade toma corpo e seu eixo articulador racionalista ganha hegemonia – à razão é atribuído um caráter emancipador, donde o conhecimento racional, pautado na ciência, possibilitaria ao homem o controle tanto da natureza como do processo social.

A metamorfose que se opera nessas duas vertentes intelectuais – o pensamento conservador e o pensamento burguês – aproxima o conservadorismo antiburguês, característico da reação de Burke aos processos revolucionários na França em 1789, ao conservadorismo

antiproletário que vem se desenvolvendo no seio do pensamento burguês pós-1848. Mas qual seria, inicialmente, o ponto de contato entre eles? É, precisamente, a recusa veemente à revolução. Assim, o pensamento conservador, na sua diversidade, desloca-se da posição originária *reacionária* de negação às expressões culturais da burguesia e se massifica, após essa passagem, enquanto uma das expressões ideológicas da burguesia contra as lutas revolucionárias do proletariado. Em outras palavras, “[...] se, originalmente, o pensamento conservador é, como vimos, *restaurador e anti-burguês*, na reviravolta referida por Lukács este caráter se transforma: o que tende a se desenvolver no seu interior, mais que aqueles dois traços, é o seu eixo *contrarrevolucionário*.” (ESCORSIM, 1997, p. 57, grifo do autor).

A mudança que é operada no conjunto do pensamento conservador altera, substantivamente, sua função sociopolítica: ele deixa de ser uma manifestação ídeo-política contra a burguesia, tornando-se funcional no ataque desta ao novo sujeito revolucionário, o proletariado. Dessa forma, o pensamento conservador concentra suas forças para combater e repudiar qualquer revolução e reatualiza o seu núcleo-força, já que o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. Entretanto, a funcionalidade que o conservadorismo assume vai implicar em alterações, inclusive, na sua estrutura interna, pois os traços ideológicos constitutivos da sua estrutura de pensamento serão recombina- dos e, para isso, subordinados ao positivismo, produzindo uma articulação científico-social<sup>169</sup>.

O resultado dessa articulação é o positivismo cientificista da segunda metade do século XIX, cujas bases fundam as modernas ciências sociais (consideradas por Lukács um importante componente da cultura burguesa do período da decadência). O pensamento conservador volta-se, nesses termos, para a construção de um conjunto de conhecimentos que buscam controlar e regular a dinâmica da vida social – mesmo que pelo caminho de reformas limitadas à ordem burguesa – e, dessa forma, neutralizar a premente ameaça da revolução proletária. Deste processo nasce, no conjunto das ciências sociais, a sociologia, que é manifestação própria do conservadorismo pós-1848 e alimenta a veia da especialização que colide frontalmente com a perspectiva de totalidade, necessária para analisar e se contrapor teórico e politicamente à ordem burguesa (cf. NETTO, 1981).

O fato de que as ciências sociais burguesas não consigam superar uma mesquinha especialização é uma verdade, mas as razões não são as apontadas. Não residem na vastidão da amplitude do saber humano, mas no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência da ideologia burguesa operou nelas uma tão intensa modificação, que não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais. (LUKÁCS 1968 apud NETTO, 1981, p. 122).

O nascimento da sociologia, como disciplina independente e o desenvolvimento da sua razão miserável (COUTINHO, 1972), fez com que o tratamento do problema da

---

<sup>169</sup>Ao tratar dessa alteração que sofre o pensamento conservador no pós-1848, Escorsim indica também que, “[...] alinhando-se agora na defesa da ordem burguesa contra a ameaça revolucionário-socialista, ele [o pensamento conservador] tende tanto a estruturar-se como **filosofia social** quanto como **conhecimento científico-social** [...]” (ESCORSIM, 1997, p. 60 – grifo do autor).

sociedade deixasse de lado a sua base econômica e apartasse a relação orgânica existente entre as questões sociais e as questões econômicas, constituindo, a partir desta suposta independência de esferas, o ponto de partida metodológico da sociologia. E como grande representante do conservadorismo produzido neste período, e particularmente sob a marca do cientificismo, o francês Émile Durkheim conjuga a formulação de um método que ele denomina de adequado para investigar a sociedade, com a elaboração de um sistema social que busca combater os vetores teóricos e políticos dos fenômenos da crise e da revolução sociais. Escorsim chama atenção para o fato de, na obra de Durkheim, “[...] encontramos a mais clara e consciente abordagem para encontrar alternativas à crise e à revolução numa ótica de *integração social* que recupera os valores básicos do conservadorismo.” (ESCORSIM, 1997, p. 62, grifo do autor).

Para Durkheim, são necessárias reformas sociais para enfrentar o problema das questões sociais, que supõem, previamente, uma reforma moral: a socialização dos indivíduos tem destaque nas elaborações do autor, que defende a educação como forma de disciplinar o organismo social. E aliada à sociologia, compõem as propostas fundamentais para superar a crise social e moral da sociedade moderna. O pensamento conservador de Durkheim objetiva, por um lado, a construção de uma moralidade que seja capaz de se impor e, conseqüentemente, ser absorvida pelos indivíduos para a construção harmônica da ordem social vigente. Dessa forma, o pensamento conservador vai revelando sua funcionalidade orgânica à ordem burguesa e expõe, de modo mais desenvolvido, suas novas armas em defesa das relações sociais existentes. Apresentando as regras do seu método sociológico<sup>170</sup>, Durkheim mesmo destaca o caráter conservador da sua sociologia, visto que afirma a imutabilidade da natureza social. Nas palavras do autor:

Nosso método, [...], nada tem de revolucionário. Num certo sentido, é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, ainda que dócil e maleável, não é modificável à vontade. Bem mais perigosa é a doutrina que vê neles apenas o produto de combinações mentais, que um simples artifício dialético pode, num instante, subverter de cima a baixo! (DURKHEIM, 1995, p. XIII).

No movimento para desvendar melhor o pensamento conservador de Durkheim, Löwy destaca que é o método positivista durkheimiano que permite legitimar, de modo contínuo devido seus argumentos científico-naturais, a ordem burguesa. Este conservadorismo fundamental, que perpassa a toda proposta metodológica de Durkheim, pode ser conciliado

[...] tanto com o 'racionalismo individualista' como com o 'autoritarismo', tanto com o liberalismo como com o tradicionalismo, ou ainda com uma combinação *sui generis* dos dois (que é provavelmente a característica central do pensamento político de Durkheim). (LÖWY, 2007, p. 30, grifo do autor).

---

<sup>170</sup>É publicada em 1895, a obra de Durkheim, *As regras do método sociológico*, na qual ele expõe o seu método que orienta, de modo decisivo, a disciplina que estava se formando, a sociologia. Seu ponto de partida, anunciado neste texto, considera que, para o estudo da sociedade, “os fatos sociais devem ser tratados como coisas” e determina um conjunto de regras necessárias para a apreensão imparcial dos fatos sociais.

Assim, o conservadorismo durkheimiano infirma, contundentemente, a possibilidade da transformação social substantiva, na medida que reclama a necessidade de estabilidade social frente aos tropeços das crises a partir da integração social e da certeza da invariabilidade das leis sociais. O traço marcante, indubitavelmente, é a função social que o conservadorismo assume:

[...] este conservadorismo tipifica exemplarmente a maturação plena do pensamento conservado refuncionalizado – isto é, sem colisões essenciais com a ordem burguesa. Estamos bem distanciados do apelo restaurador original do conservadorismo e do confessionalismo de De Bonald; o que é elementar, agora, é a negação de qualquer possibilidade revolucionária. (ESCORSIM, 1997, p. 64).

A estruturais mudanças na função do pensamento conservador permite, desta forma, uma atualização da sua função: manutenção e conservação da ordem burguesa, alçada à forma social natural e predominante, à medida que busca cancelar as possibilidades sociais e ideopolíticas dos processos revolucionários. Essa necessidade social de conservação da hegemonia burguesa nos possibilita reforçar as conexões entre o pensamento conservador e a gênese, institucionalização e desenvolvimento da profissão de Serviço Social, como já muito bem analisadas especialmente nos estudos de Marilda Iamamoto e José Paulo Netto.

Podíamos resumir neste texto as ideias centrais das pesquisas sobre o conservadorismo e o Serviço Social de Iamamoto e Netto, para dimensionar a particularidade brasileira do Serviço Social nesse debate. Todavia, entende-se desnecessário esse percurso, e propõe-se como ponto de partida para as próximas reflexões a síntese analítica de que a função social que o Serviço Social, como profissão, desempenha no contexto da divisão social, sexual e técnica do trabalho no Brasil, expressa na atualidade a tensão permanente entre ação conservadora do Serviço Social junto às expressões da questão social da ordem burguesa madura, e as possibilidades que os agentes profissionais têm em realizar, no contexto cotidiano do trabalho, práticas democráticas e que combatem as desigualdades sociais, e expressam autonomia relativa e projeto profissional crítico. É essa conexão contraditória que permite se analisar o trabalho contemporâneo de assistentes sociais, a partir de dados concretos da realidade.

Dessa forma, na próxima seção, analisou-se algumas requisições e demandas feitas ao trabalho de assistentes sociais nos serviços de saúde direcionados a pacientes com Covid-19 no RN, para compreender a atualidade do conservadorismo que se manifesta na função social da profissão de serviço social, e as ações de resistência e garantia de direitos realizadas por esses profissionais.

## TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO CONTEXTO DA COVID-19 NO RN: EXPRESSÃO DO CONSERVADORISMO E DA RESISTÊNCIA PROFISSIONAL

Compreender o Serviço Social e as respostas que assistentes sociais desenvolvem às demandas profissionais frente às requisições, sempre reatualizadas, das manifestações da questão social no capitalismo dos monopólios, implica situar algumas marcas que acompanham historicamente a profissão, e que conferem traços peculiares ao exercício profissional. Um destes componentes é o conservadorismo e as modalidades de pensamento que o alimentam no Serviço Social brasileiro. É verdade que não é possível analisar o Serviço Social e seu desenvolvimento histórico sem confrontá-lo com as suas genéticas vinculações com o pensamento conservador, porém, não é verdadeiro que a introdução e evolução de uma perspectiva crítica vinculada ao marxismo no debate teórico do Serviço Social exorcize, por completo, o pensamento conservador do seu interior, ou mesmo cancele os elementos conservadores que se encontram na medula da intervenção profissional.

Estas afirmações são facilmente identificadas na realidade. Basta-se destacar dois momentos distintos do Serviço Social brasileiro, muito bem tipificados e analisados por Netto (1994, 1996), os quais traduzem a pluralidade de expressões teóricas e práticas no interior da profissão, ora com hegemonia conservadora, ora com hegemonia crítica e democrática. O primeiro período foi da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa, nos anos entre 1960 e 1970, com a presença de pelo menos três grandes vertentes profissionais, assim denominadas pelo autor – a) modernização conservadora, b) reatualização do conservadorismo e c) intenção de ruptura. O segundo período é o de reorganização do Serviço Social sob os regimes democráticos, pós-constituição de 1988, e particularizado pelas transformações societárias, a partir dos anos de 1990. Na análise de Netto (1996), pode-se considerar, com características bem distintas, a existência de pelo menos cinco tendências nas quais, algumas, são desdobramentos das vertentes já existentes anteriormente na profissão: a) “[...] continuidade da vertente que se iniciou com a intenção de ruptura., b) [...] um novo alento de uma vertente de *cariz tecnocrático*, herdeira daquela que foi a ‘perspectiva modernizadora’ dos anos sessenta e setenta, mas renovada pela ofensiva neoliberal., c) [...] persistência da vertente do *conservadorismo tradicional*... (o que chamei de ‘reatualização do conservadorismo’), d) [...] o desenvolvimento de uma *vertente neoconservadora*, inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna, afinada com as tendências da moda da chamada ciências sociais.”, e, e) “[...] florescimento de vertentes aparentemente radicais, abertamente desqualificadoras da teorização sistemática e da pesquisa rigorosa, fundadas seja num anticapitalismo romântico..., seja num irracionalismo aberto..., seja no relativismo mais primário.” (NETTO, 1996, p. 127 – grifo do autor).

Então pergunta-se, como se tem materializado o trabalho cotidiano de assistentes sociais, atravessados pelo conservadorismo funcional à ordem social e pela pluralidade das tendências teóricas e práticas que convivem e disputam a direção do projeto profissional? Essa é uma questão, entre outras, que nos ajuda a compreender a contraditoriedade que limita e avança/desenvolve o Serviço Social para aprofundar a intenção, sempre perseguida pelos setores críticos, de ruptura com as práticas conservantistas. Assim, nesta última parte do texto, apresenta-se alguns dados que são parte da pesquisa intitulada *Serviço Social e Trabalho*:

*estudo de competências e atribuições de assistentes sociais na atualidade*, desenvolvida desde 2020, com o objetivo de conhecer as particularidades do trabalho profissional no contexto das relações sociais capitalistas contemporâneas. Um dos caminhos de análise da pesquisa tem sido problematizar a atualidade do conservadorismo nos ambientes profissionais onde se materializa a intervenção cotidiana.

Dessa forma, uma das investigações realizadas no âmbito desta pesquisa foi conhecer as competências e atribuições que foram designadas aos assistentes sociais que trabalharam nos serviços de saúde referência no atendimento aos pacientes com Covid-19, no estado do RN, entre 2020 e 2022. Esta parte da pesquisa, pela natureza do objeto, foi desenvolvida a partir de técnicas qualitativas, combinando atividades de pesquisa de campo (especialmente a utilização de um questionário composto de um grande número de perguntas formuladas por escrito que teve por finalidade fornecer certo conhecimento às pesquisadoras, para apuração de dados primários sobre as competências e atribuições dos assistentes sociais nos serviços de saúde referência no atendimento aos pacientes com Covid-19), e atividades de pesquisa bibliográfica e documental. Foram aplicados 10 questionários com perguntas fechadas e abertas, com profissionais que trabalham e/ou trabalharam em hospitais (de campanha e regulares) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA) de referência para tratamento da Covid-19, no período entre abril de 2020 e junho de 2022. Todos os profissionais contatados durante a pesquisa foram adequadamente comunicados sobre a finalidade e os procedimentos metodológicos e os cuidados éticos. Além disto, cada profissional, voluntariamente, assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atestando seu consentimento e proteção dos seus direitos.

Destacou-se dos resultados da pesquisa alguns aspectos relativos ao trabalho desses profissionais que nos permitem dialogar sobre o conservadorismo e a função social do Serviço Social manifesta nas atividades desenvolvidas. Para fins de exposição, vamos organizar a análise em dois eixos: o “perfil profissional e do trabalho”; e o “cotidiano de trabalho da/o assistente social e as competências e atribuições”. Relativo ao perfil e a caracterização do trabalho, das 10 assistentes sociais que responderam, todas são mulheres, com idades entre 26 e 45 anos. Nota-se a predominância feminina histórica da profissão, que é explicado pela divisão social e sexual do trabalho, na qual os trabalhos típicos dos cuidados, da chamada ação social e de atenção às expressões pauperizadas da questão social têm destinado a mulheres, de segmentos sociais distintos, mas fortemente marcadas pela suposta face bondosa, acolhedora e afetuosa da condição feminina na sociedade patriarcal. Quanto à idade, são profissionais que podemos considerar jovens. Esse perfil de idade pode ser explicado pelo fato da Covid-19 ser uma doença que acomete a todas as pessoas, mas tem dados que comprovam o agravo e a letalidade em pessoas idosas – especialmente com doenças pré-existentes, e outros grupos com comorbidades específicas (por exemplo pessoas imunossuprimidas). Todas essas pessoas, especialmente antes de tomar o esquema vacinal contra Covid-19 (duas doses iniciais), estavam entre os grupos com internação grave em UTI e óbitos. Assim, assistentes sociais com mais idade certamente foram retiradas ou evitaram trabalhar nesses serviços considerados atendimentos de “linha de frente” na saúde para Covid-19.

Ainda relativo ao perfil profissional e do trabalho, identificou-se que as profissionais têm, de modo equilibrado, entre 05 e 07 anos (40%) e 15 e 20 anos (40%) de atuação na área de Serviço Social. Metade dessas profissionais possuem dois vínculos empregatícios (50%),



localizados em sua maioria no município de Natal (com 60%). Das entrevistadas, 90% trabalham atualmente na esfera pública e são estatutárias (50% na esfera pública estadual, 30% na esfera pública municipal, 10% na esfera municipal e estadual), e 10% não possuem vínculo empregatício na atualidade. Assim, os dados explicitam a realidade que uma parcela da categoria tem de trabalhar em mais de um local para atender suas necessidades. Decerto, essas profissionais encontram demasiadas dificuldades para realizar seu trabalho, já que 50% possuem, no mínimo, uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.

No que concerne à natureza da instituição do vínculo empregatício quando trabalharam no serviço de saúde de referência aos pacientes com Covid-19, 50% das entrevistadas trabalharam na esfera pública Municipal e 40% na esfera pública estadual e dessas, 60% eram estatutárias, 30% possuíam contrato temporário e 10% exerceram trabalho voluntário. Diferentemente da jornada de trabalho do vínculo atual, 50% das entrevistadas responderam que na linha de frente à Covid-19 tinham uma jornada de trabalho de até 40 horas semanais. No que se refere ao tempo de trabalho na instituição, 10% permaneceram de 1 a 4 meses; 30% de 1 ano a 1 ano e 4 meses; 30% de 1 ano e 9 meses a 1 ano e 11 meses e 30% permaneceram por mais de 2 anos. Acerca do ingresso no local trabalhado, 60% ingressaram através de concurso público e 30% por meio de processo seletivo. Pode-se destacar desses dados que as esferas de governo municipal e estadual atuaram como os principais contratantes da força de trabalho de assistentes sociais nos períodos críticos da pandemia, e que houve o aumento de horas trabalhadas para conseguir suprir a demanda dos serviços. Apesar das contratações emergenciais para atender a demanda dos serviços de saúde temporários, como os hospitais de campanha, pode-se inferir que a maioria de profissionais que trabalharam ou trabalham nos serviços Covid-19 são concursados porque esses serviços foram, paulatinamente, sendo transferidos para a rede do SUS, especialmente nos casos graves para UPAs e Hospitais referenciados no atendimento Covid-19, das redes municipais e estadual. Ainda, 70% das assistentes sociais não desempenharam função gerencial ou cargo comissionado nesse serviço Covid-19, e os outros 30% afirmam que desempenharam (uma na gerência de serviço, outra na gerência de setor, e ainda na gerência de divisão). Os salários pagos às profissionais, calculados em salários-mínimos (SM) vigentes na atualidade (R\$ 1.212,00), variaram entre 1 SM a 3 SM (50%) e 3 SM a 5 SM (40%), e em comparação com o período anterior à pandemia, 60% informaram que houve um aumento na renda do trabalho. Notem que também houve um aumento médio da jornada de trabalho (40 horas semanais), como indicado anteriormente.

Ao analisarmos as questões relativas ao eixo “cotidiano de trabalho da/o assistente social e as competências e atribuições”, conseguiu-se caracterizar, de um modo geral, as atividades que foram e/ou são desenvolvidas pelas assistentes sociais nesses serviços de saúde Covid-19, e que traduzem a tendência do conjunto das competências e atribuições desempenhadas pelo Serviço Social nesse período. Deste modo, as assistentes sociais informaram as seguintes atividades executadas: planejamento das atividades ligadas ao atendimento do Serviço Social ao paciente com diagnóstico de Covid-19 e internado, seus familiares e/ou responsáveis por processo (admissão, acompanhamento, resolubilidade e pós-saída); encaminhamento para requerimento de benefício eventual (específico para Covid-19); orientações sociais diversas sobre internamento; reunião com a equipe do Serviço Social; encaminhamentos as demais redes de atendimento (saúde, assistência social, jurídica); levantamento do perfil

dos usuários/as; orientação sobre benefícios previdenciários (acesso a auxílio-doença, aposentadorias) e benefícios sociais (auxílio-emergencial, suspensão do trabalho); orientação sobre encaminhamento para a Defensoria Pública para judicialização de leito clínico e/ou medicação de alto custo; orientações sobre acompanhamentos de fisioterapia, fonoaudiologia ou psicologia para recuperação da saúde física e emocional; supervisão de estágio. No Quadro 1, a seguir, estão indicadas as principais competências e atribuições executadas, a partir da quantidade/percentual de assistentes sociais que afirmaram ter realizado ou realizar tais atividades.

**QUADRO 1** - Competências e atribuições de assistentes sociais nos serviços de saúde de referência ao Covid-19 no RN (2020/2022)

<b>Competência/atribuição</b>	<b>Quantidade (em%)</b>
1. Planejamento das atividades e/ou serviços realizados	90
2. Gerência/coordenação de programas, projetos e serviços sociais	70
3. Planejamento/execução de estudos e pesquisas	80
4. Realização de orientações e encaminhamentos relativos aos serviços e benefícios sociais existentes	100
5. Prestar informação e orientação quanto aos direitos sociais mais gerais relativos à saúde do indivíduo com Covid-19	100
6. Acompanhamento e supervisão de estágio	60

**Fonte:** elaboração própria.

A variedade de ações desenvolvidas pelas profissionais demonstra a prevalência de aspectos históricos que marcaram a profissão, especialmente no âmbito hospitalar, visto que as principais atribuições desenvolvidas pelas assistentes sociais entrevistadas têm, como tendência, se centralizar em ações que sempre foram requisitadas ao Serviço Social no atendimento assistencial em saúde: repasse e/ou prestação de orientações aos usuários e encaminhamentos. Contudo, ressalta-se que o exercício profissional não se restringe apenas a tais tendências: 90% afirmam que houve mudanças nos processos de trabalho decorrentes do impacto da pandemia do Covid-19. Segundo elas, as mudanças mais marcantes foram a aproximação do trabalho com outras categorias que trabalham na unidade; a precarização das condições de trabalho; diminuição do contato diário com os pacientes e/ou familiares; utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI); suspensão de atividades coletivas dentro do ambiente hospitalar; aumento impactante da participação do Serviço Social em acolhimento a óbitos e cumprimento de atividades que não eram competência e/ou atribuição do assistente social.

No que se refere a suspensão de atividades, 60% informaram que houve algum tipo de suspensão, sendo a visitação aos leitos de UTI o mais citado pelas profissionais.

Paralelamente, 60% das entrevistadas declaram que houve dificuldade na realização do trabalho devido às normas de distanciamento social orientado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e implementadas, por meios de decretos municipais e estadual, pelas Secretarias de Saúde. Ainda 30% indicaram que não houve dificuldades, e 10% afirmam que houve de forma parcial.

Quando questionadas acerca das demais atividades desenvolvidas nos serviços de saúde de atendimento à Covid-19, as entrevistadas relataram que também exerceram serviços de recepção e de telefonista; realizaram orientações sobre comunicação dos médicos com as famílias por telefone para atualizar a situação clínica do paciente; fizeram busca ativa sobre dados sociais dos pacientes internados; entregas de EPIs e orientação sobre a paramentação dos familiares para visita ou reconhecimento de familiar em óbito; e entrevistas sociais de forma remota. Em relação à demanda mais prevalente apresentada pelos usuários/as ou familiares, relacionadas ao novo Coronavírus, as profissionais indicaram que houve alta demanda de requisição por informações/orientações; solicitação de boletim clínico ou reclamação por não recebimento de boletim por parte da equipe médica; orientações sobre benefícios sociais (acesso à rede de serviços, CRAS, Cadastro Único, Defensoria Pública, entre outros); orientação quanto às notícias falsas, uma vez que houve muita desinformação no que se refere à Covid-19.

Tais requisições não são de todo novas. Reiteram antigas práticas do âmbito da saúde que constituem as ações da equipe multiprofissional não médica como meramente subordinadas as “práticas médicas”. Assim, diante de uma política de saúde demasiada conflitante, com violenta precarização, falta de financiamento, privatização e fragmentação, sem articulação e logística de enfrentamento em nível federal, o Serviço Social é, conseqüentemente, solicitado a reproduzir um perfil profissional tecnicista e voluntarista.

Ademais, questionadas sobre as estratégias utilizadas para manter a qualidade nas atividades e a defesa de princípios do Código de Ética 1993 (CFESS, 1993) no atendimento a pacientes e famílias relacionado à Covid-19, as profissionais afirmaram que tentaram manter um atendimento humanizado, buscando informações e conhecimentos a respeito de políticas públicas que surgiram nesse período afim de dá um maior e melhor suporte ao usuário; revisitaram as legislações profissionais, orientações técnicas e normativas do CFESS e dos CRESS<sup>171</sup>; debateram com outras colegas de profissão sobre este novo contexto, os desafios postos e as possibilidades de atuação profissional e participaram de reuniões institucionais onde reafirmaram a importância do seu exercício profissional.

Dessa forma, compreende-se que, mesmo com competências e atribuições inscritas historicamente no seio do conservadorismo social que insistem em colar o trabalho de assistentes sociais na função social de controle, disciplinamento e administração de expressões da questão social, foi por meio da articulação coletiva no interior das equipes e da articulação com outros profissionais de saúde, dentro dos serviços, que se tornou possível ampliar discussões e reafirmar competências e atribuições do Serviço Social mais progressistas, democráticas e viabilizadoras de direitos. Ou seja, as possibilidades de construção de um projeto para atuação profissional são a margem de relativa autonomia que ainda existe e permite aos assistentes sociais, de modo coletivo, indicar conexões da sua prática cotidiana a um projeto

---

<sup>171</sup>Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social.

social mais democrático e que minimiza desigualdades sociais estruturais da sociedade de classes capitalista.

Não há como eliminar a dimensão conservadora das ações profissionais, quando se analisa a dimensão da sua função social em totalidade. Todavia, a prática profissional mediada por uma percepção crítica e revolucionária da sociedade, possibilita entender que atividades concretas do trabalho profissional, quando permitem que os indivíduos acessem bens e serviços que atendem necessidades básicas e informam sobre diversas dimensões da realidade em que vivem, são atividades profissionais tensionadoras do conservadorismo, e que rompem com a sua mera cotidianidade.

Dito de outra forma, o Serviço Social mais crítico da atualidade, como trabalho, não elimina o espectro conservador da sua estrutura medular social, mas rompe com práticas tradicionais que serviram e servem de instrumento para conservar a pobreza, a desinformação e a desigualdade. A construção coletiva de um projeto profissional crítico e revolucionário, e este conhece-se como projeto ético e político do Serviço Social brasileiro, possibilita a realização de competências e atribuições de resistência, em diversos espaços ocupacionais, e aqui especialmente na saúde. Que dão à profissão de assistente social um lugar renovado de intervenção, pois ao “manipular as variáveis empíricas” no seio da cotidianidade do trabalho, atua, mesmo sem eliminar a estrutura conservadora, na tentativa de atender necessidades diversas dos sujeitos e indivíduos produto das expressões da questão social e relações sociais capitalistas.

As formas de resistência que foram elaboradas pelas profissionais entrevistadas, se analisadas em si, podem parecer insignificante, mas têm um aspecto mobilizador e pedagógico para a organização profissional e para a qualidade do atendimento prestado aos usuários/as daquele serviço de saúde Covid-19. A contribuição de assistentes sociais ao enfrentamento da pandemia no âmbito da política de saúde, em particular, foi e tem sido importante, para reforçar outros aspectos do cuidado em saúde para além da dimensão estritamente clínica. As diversas vezes que as assistentes sociais negaram a demanda de mera repassadora de informação clínica e de comunicação de óbito, as assistentes sociais contribuíram, como analisado anteriormente, com estratégias coerentes de tentativa de garantir informação de qualidade nesses atendimentos. Percebeu-se, ainda, que as normativas da profissão (Código de Ética, Lei de Regulamentação, Resoluções do CFESS) e documentos orientadores como o chamado “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde”, continuam sendo referências no exercício profissional dessas assistentes sociais, especialmente durante a crise sanitária vivenciada no Brasil recentemente.

A respeito dos instrumentos utilizados na execução das atividades cotidianas, todas as profissionais apontaram que, objetivando a obtenção do perfil social e econômico do usuário, fizeram o uso de entrevistas, além de relatórios e encaminhamentos, e que esses eram destinados a direção ou Secretária de Saúde com o objetivo de informar acerca das situações vivenciadas pelos pacientes internados, especialmente algumas violações de direitos sociais e/ou solicitação de serviços, como por exemplo de sepultamento/cremação, por meio do convênio da Prefeitura do Natal/RN.

Ademais, 80% das assistentes sociais informaram que realizaram reuniões com intuito de planejar e avaliar as ações a serem desenvolvidas; 50% fez uso de diário de campo e/ou estudo social os quais, respectivamente, eram destinados a registrar as atividades

desenvolvidas e adquirir um conhecimento com maior da realidade social dos usuários; 40% realizaram algum parecer que tinha como intuito o posicionamento e a sugestão da profissional acerca da continuidade da intervenção diante das demandas relacionadas ao direito dos usuários e, por fim, 20% afirmam ter realizado visitas domiciliares com a finalidade de estudar e se aproximar da realidade do usuário/a.

Ao serem perguntadas sobre as condições vivenciadas na sua rotina de trabalho na instituição prestadora dos serviços de saúde ao combate à Covid-19, 90% responderam que houve o aumento de atividades atribuídas ao Serviço social, e ampliação do trabalho interdisciplinar, como mostra o Quadro 2, a seguir. Ainda, 80% informam que tiveram ou têm iluminação e ventilação adequada, recursos físicos, materiais, financeiros e humanos suficientes; 70% afirmaram haver reconhecimento do trabalho diante da equipe; 60% declararam que houve continuidade das ações desenvolvidas. Também 60% responderam que houve interferência política no trabalho; 50% indicaram possuir um espaço adequado para a colocação de arquivos que possam ser de assistentes sociais; 40% apontaram vivenciar burocracia institucional excessiva e falta de autonomia profissional, e somente 30% afirmaram que tiveram ou têm espaço adequado para abordagens individuais ou coletivas, que garantam o sigilo profissional, ao mesmo tempo em que seguem as medidas sanitárias na saúde e, ainda, indicaram ter conhecimento superficial das demandas oriundas do atendimento à Covid-19.

**QUADRO 2** - Condição vivenciada no cotidiano de trabalho na instituição prestadora dos serviços de saúde da Covid-19

Pergunta	Respostas	
	Sim	Não
1. Espaço adequado para abordagens individuais ou coletivas, que garantam o sigilo profissional, ao mesmo tempo em que seguem as medidas sanitárias na saúde?	30%	70%
2. Espaço adequado para a colocação de arquivos que possam ser de assistentes sociais?	50%	50%
3. Iluminação adequada?	80%	20%
4. Ventilação adequada?	80%	20%
5. Continuidade das ações desenvolvidas?	60%	40%
6. Recursos físicos, materiais, financeiros e humanos suficientes?	80%	20%
7. Burocracia institucional excessiva?	40%	60%
8. Aumento de atividades atribuídas ao assistente social?	90%	10%
9. Houve trabalho interdisciplinar?	90%	10%
10. Houve reconhecimento do trabalho diante da equipe?	70%	30%
11. Falta de autonomia profissional?	40%	50%
12. Interferência política no trabalho?	60%	40%
13. Conhecimento superficial das demandas oriundas do atendimento à Covid-19?	30%	70%

Fonte: elaboração própria.

Analisando os dados, pode-se inferir que são resultados preocupantes, quando revelada a realidade das condições de trabalho, especialmente de estrutura e autonomia. A

inadequação de espaços físicos para realização dos atendimentos foi bastante frisada pelas entrevistadas, visto que eram necessários espaços de trabalho que de fato cumprissem as medidas de segurança sanitária outorgadas pela OMS – o que só reitera o estado de calamidade vivenciada pela saúde pública do país, especialmente no município de Natal, durante a pandemia – colocando em risco a vida de assistentes sociais e de usuários/as. Outro dado importante, trata-se do aumento das atividades atribuídas as profissionais do Serviço Social, além das demandas que já se faziam presente antes da crise sanitária da Covid-19, mas que foram acentuadas por ela, e tiveram que lidar também com demandas não condizentes com suas atribuições profissionais, como visto anteriormente.

De acordo com algumas das profissionais questionadas, com a necessidade do distanciamento físico devido ao contágio do novo Coronavírus, houve mudanças no relacionamento/contato com os usuários. Conforme as medidas sanitárias<sup>172</sup> dispostas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, houve o acréscimo de uma proteção acrílica transparente para separar o profissional do contato com o usuário e as cadeiras das salas do serviço social foram distanciadas. Segundo as profissionais, todo o contato presencial foi feito com a utilização de EPIs – quando havia o suficiente – e algumas demandas foram realizadas por contato telefônico. Perguntadas sobre a realização de teletrabalho, apenas 20% afirmaram ter realizado trabalho nessa modalidade, e das que realizaram, em sua maioria, ocorreu por meio de telefone e/ou com chamadas de vídeo para os familiares e mensagens através de aplicativos de comunicação. Em relação aos equipamentos e infraestrutura para as ações dos serviços assistenciais em saúde de maneira não presencial, 60% responderam ter tido escassez de equipamentos e/ou infraestrutura.

Para os usuários que não possuíam acesso aos meios de comunicação e tecnologias da informação, uma das respostas indicou que o contato foi realizado através do esforço pessoal da equipe (adquirindo chip para a utilização em aparelho doado), e esforço de usuários/as em repassar contato de pessoas que possuíam aparelho telefônico; outras profissionais declararam que neste tipo de situação havia a tentativa de contato presencial, contudo nem sempre era viável pela distância que residia do hospital e por receio de contaminação por Coronavírus. Note-se que o compromisso com a qualidade e efetividade do trabalho mobilizou e continuou a mobilizar inúmeras assistentes sociais a prover, com seus próprios meios e recursos, atendimentos aos usuários/as para atender algumas necessidades. A falta de investimentos orçamentários substantivos para manter com boa estrutura e qualidade o SUS, e as estruturas específicas, temporárias ou não, para serviços Covid-19, reverbera nestes trabalhos, especialmente porque implica em investimentos em equipamentos de comunicação e informação, mediados por sistemas digitais, altamente demandados nos trabalhos atuais.

Por fim, no que concerne o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como máscaras, luvas, álcool gel e similares, 60% das assistentes sociais afirmaram que suas referidas instituições forneceram todo o equipamento necessário, entretanto, 40% responderam ter apenas um fornecimento parcial, tendo elas mesmas que providenciar parte

---

<sup>172</sup> Desde março de 2020, o Governo do Estado do RN emitiu 51 decretos normativos para o combate ao novo coronavírus (Covid-19), além das medidas voltadas ao remanejamento de orçamento para investimento no enfrentamento à pandemia. Disponível em: <https://portalcovid19.saude.rn.gov.br/medidas/medidasdogoverno/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

do material. E quando questionadas sobre como se sentiram ao desempenhar suas atividades profissionais presencialmente no serviço de saúde de atendimento ao Covid-19, 40% afirmaram se sentirem insuficientemente seguras; 30% suficientemente seguras; 20% totalmente inseguras e 10% totalmente seguras. Assim, a maioria (60%) manifestou, a partir da sua vivência, como assistentes sociais estiveram na chamada “linha de frente” no trabalho com a Covid-19, preocupadas com a sua segurança, mas sendo necessário trabalhar e atender as necessidades da população brasileira nesse contexto de emergência sanitária.

De acordo com o Parecer Jurídico nº 05/2020-E do CFESS (2020), que orienta especificamente sobre a ausência de EPIs para assistentes sociais e aponta as medidas jurídicas cabíveis, o documento elucida que a responsabilidade em determinar quais são os serviços e trabalhadores essenciais é das autoridades sanitárias e que “[...] é de responsabilidade do empregador o fornecimento do EPI necessário ao exercício das atividades laborais.” (CFESS, 2020, p. 7). É, portanto, uma negligência flagrante das instituições empregadoras não cumprir com as determinações legais dos órgãos competentes e deixarem de proteger, adequadamente, seus trabalhadores.

Na verdade, essa vem sendo a tendência predominante de flexibilização das medidas de proteção e prevenção à contaminação por coronavírus. Há uma ampla maioria de empresas e governos, especialmente o federal, agindo para se naturalizar a epidemia de Covid-19 e produzir uma ambiência cotidiana de convivência com a doença e com a morte por Covid-19. A massificação da vacinação foi, sem dúvidas, a principal medida de proteção nesse contexto, e se entende que a convivência com o vírus agora é uma realidade. Porém, a flexibilização das medidas de prevenção (máscara, higiene pessoal das mãos e distanciamento) tem resultado em ondas periódicas de aumento do contágio, aumento do adoecimento e as suas consequências, e aumento periódico de óbitos. Entende-se que este cenário tem impacto estrutural no trabalho, na medida que este é um dos principais espaços de contaminação, implicando em naturalização da negligência com a vida e proteção dos/as trabalhadores/as, e desresponsabilização dos empregadores com a segurança nos ambientes de trabalho, a partir da convivência dos governos e dos órgãos de saúde em geral.

Retomando Netto (1992), ao analisar a função social mais geral que o Serviço Social desempenha, independente da intencionalidade dos sujeitos profissionais, pode-se destacar que a estrutura da prática interventiva – no tocante à sua operacionalidade – reveste-se de uma aparência indiferenciada, que é similar às suas protoformas. Isso se explica por dois elementos fundamentais que se processam no movimento mesmo da realidade e extrapolam a prática profissional, quais sejam: “[...] as condições para a intervenção sobre os fenômenos sociais na sociedade burguesa consolidada e madura e a funcionalidade de seu Estado no confronto com as refrações da questão social.” (NETTO, 1992, p. 84).

Os dados anteriormente descritos e analisados nos permitem indicar que ao exercer seu trabalho, assistentes sociais são parte da engrenagem social instituída para manipular epidérmicas variáveis empíricas da vida social das classes trabalhadoras, em especial a população mais empobrecida. Entretanto, as respostas sociais que o Estado e parcelas da sociedade civil, especialmente o setor empresarial, têm dado às expressões cada vez mais bárbaras da questão social, tomam uma dimensão importante à medida que permitem atender também interesses das classes subalternas e atuam diretamente na manutenção da força de trabalho. Para entender ainda mais essa contradição, recorre-se novamente à Netto (1994, p. 75):

Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. [...] A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional.

Essa polarização é o que viabiliza, por exemplo, a possibilidade de as estratégias profissionais colocarem-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras, mas sem eliminar, do significado e da efetividade da prática profissional, o conteúdo conservantista dos interesses das classes dominantes. Nestes termos, as respostas que são elaboradas no âmbito do trabalho, independente da vontade e intenção dos sujeitos profissionais, têm também resultado intimamente ligado ao conservadorismo: seu significado social e funcional remete à posituação do sistema sociocultural capitalista. É por isto que Netto (1992) afirma que enquanto a demanda que sustenta o Serviço Social existir, o conservadorismo estará presente na profissão, sempre se atualizando para responder adequadamente às requisições que se apresentam; daí as formas neoconservadoras contemporâneas. Mas constatar a expressão conservadora da ação profissional não elimina as tensões e ações que assistentes sociais têm produzido nos seus espaços ocupacionais para atender necessidades e interesses também das classes trabalhadoras, especialmente no acesso aos direitos sociais, com diretrizes democráticas e de diminuição das desigualdades sociais, sexuais e raciais que estruturam a sociedade de classes brasileira, como verificou-se nos dados anteriormente analisados.

## **INDICAÇÕES FINAIS**

Os problemas que são colocados na atualidade pela crise capitalista contemporânea, especialmente os derivados da exponenciação da questão social e da aparente ausência de qualquer alternativa fora dos marcos da ordem burguesa, vêm revelando renovadas causalidades que incidem sobre o pensamento conservador e jogam mais água no seu moinho. Se não reivindicarmos uma reflexão fundamentada na teoria social embasada numa perspectiva de totalidade, e isto é obviamente uma esfera do combate à ideologia burguesa, caímos, invariavelmente, ou numa reação anticapitalista romântica que realiza uma apologia indireta e funcional ao sistema capitalista, ou na defesa aberta da ordem social vigente, por meio da razão miserável ou do irracionalismo - e dessas duas alternativas, inscritas na positividade burguesa, o conservadorismo é um traço comum, e não interessa à população brasileira e aos assistentes sociais críticos a manutenção das desigualdades que a sociedade burguesa, patriarcal e racista tem produzido para a humanidade.

Partir da realidade das atividades de trabalho realizadas por assistentes sociais, da sua dinâmica prática e interventiva, nos permitiu mediar a presença estruturante do conservadorismo nos ambientes do Serviço Social, e conhecer como as requisições ao trabalho profissional continuam conservantistas, sem cancelar a capacidade e qualidade técnica, teórica e política que uma parcela expressiva de assistentes sociais tem em, ao coletivizar sua reflexão e



resistência, construir um projeto de trabalho conectado com dimensões de liberdade, democracia e enfrentamento às desigualdades sociais de classe, gênero, raça e outras tantas expressões de violência e preconceito.

A partir da finalidade de problematizar os impactos das demandas advindas dos serviços de saúde prestados no contexto da pandemia de Covid-19 para o trabalho de assistentes sociais, especialmente nas competências e atribuições produto da função social do Serviço Social, verificou-se a permanência das históricas requisições da área da saúde, e que os profissionais vêm, qualificadamente, reelaborando a partir de certa autonomia, e tratando de direcionar sua intervenção para a garantia de outros direitos no âmbito da saúde. O entendimento nítido acerca das competências e atribuições, por parte do profissional, é imprescindível para que as assistentes sociais não mergulhem no trefismo e imediatismo, próprios das demandas de trabalho que carecem de planejamento e organização, e que são requisitadas pelo empregador, especialmente no contexto emergencial.

Contudo, para além das demandas atribuídas a essas profissionais, a pesquisa permite afirmar a precariedade das condições de trabalho de assistentes sociais que exerceram suas atividades na “linha de frente” contra a Covid-19, demonstrando que o contexto vivenciado foi de alto impacto nas suas próprias condições de vida: aumento da jornada de trabalho, preocupação constante com o próprio bem-estar o que, conseqüentemente, ocasionou também um alto impacto na saúde mental dessas trabalhadoras.

Por fim, ressalta-se a importância e necessidade de se analisar as expressões atuais do conservadorismo no campo teórico e no campo prático, transversalizado de cotidianidade, de imediatismo e de respostas às necessidades da população que são concretas. Assim, a tendência predominante, produto da reflexão a partir das atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais no contexto dos serviços de saúde da Covid-19 no RN, indica que ao realizar o trabalho que lhes foi demandado, ao assistente social foi e é possível esticar a funcionalidade social controladora e disciplinadora da profissão, de modo que as atribuições e competências realizadas pudessem atender aspectos de garantia de direitos, diminuição das desigualdades e proteção à vida. Além de indicar também que a atuação das profissionais nos espaços ocupacionais analisados, ante o contexto pandêmico experienciado no estado do RN, foi parte importante da “força-tarefa” de trabalhadores/as da saúde que agiram bravamente em meio às contradições e à desinformação presentes na política de combate ao Covid-19 no país, já extremamente precarizada e desfinanciada no âmbito do SUS. Isso é possível porque uma parte expressiva da categoria e das entidades profissionais (CFESS e ABEPSS) escolheram fincar seus alicerces políticos e teóricos no campo de defesa da vida, dos/as trabalhadores/as e da revolução social, diretrizes imprescindíveis para combater o conservadorismo da ordem social burguesa madura, e construir um projeto coletivo de profissão mais democrático, plural e não conservador, expresso no atual projeto ético e político do Serviço Social brasileiro.

## REFERÊNCIAS

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. Parecer Jurídico 05/2020. Brasília CFESS, 24 de abr. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cfess-ParecerJuridico05-2020-E-EPI.pdf> Acesso em: 15 mar. 2022.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico** (Trad. Paulo Neves) São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ESCORSIM, L. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. 1997. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO RN. Emitiu 51 decretos normativos para o combate ao novo coronavírus (Covid-19). Rio Grande do Norte: 02 ago. 2022. Disponível em: <https://portalcovid19.saude.rn.gov.br/medidas/medidasdogoverno/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. (org.). **Lukács**. Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1981.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

WEFFORT, F. (org.). **Os clássicos da política**. v. 2. São Paulo: Editora Ática, 1999.